

## DO PAIC AO MAIS PAIC: DEZ ANOS DE CONQUISTAS E PERSPECTIVAS

Eryck Dieb Souza; Maria Rosilane da Costa; Wardelane Holanda da Silva.

(Universidade Federal do Ceará, eryckdieb@gmail.com, rosilane\_professora@hotmail.com)

**Resumo:** As propostas do Programa de formação de professores sugeridas pelo PAIC - Programa de Alfabetização na Idade Certa têm fomentado em suas ações o direcionamento de práticas pedagógicas por meio de formações continuadas a fim de atenuar os danosos efeitos causados pela falta de escolarização de nossos alunos, mormente, de nossas crianças. Assim, propusemo-nos a discutir a trajetória e os avanços desse Programa para a formação continuada dos professores no Estado do Ceará, bem como as perspectivas que este oferece para o redirecionamento das políticas públicas voltadas para a formação de professores e sua ampliação ao longo dos dez anos. Destarte, este artigo tem como objetivo refletir acerca da trajetória e perspectiva da formação continuada proposta pelo PAIC, bem como suas implicações nos últimos dez anos. A metodologia empregada é baseada na perspectiva de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Os resultados obtidos por esta investigação compõem o escopo para uma reflexão acerca das propostas de formação continuada no estado do Ceará. Além disso, percebemos que as propostas do PAIC têm se configurado como aportes na construção de um fazer pedagógico reflexivo, levando o comprometimento de todos os envolvidos na busca por uma educação de qualidade, não apenas em números, mas na ação por resultados significativos.

**Palavras-chave:** PAIC, MAIS PAIC, trajetória, perspectivas.

### 1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro sofreu consideráveis mudanças nas últimas décadas a fim de se adequar às novas demandas provenientes do processo de universalização da educação. Após expandir a oferta do número de vagas nas escolas públicas, atendendo toda a demanda da sociedade, surgiu um novo desafio, o de proporcionar educação para todo, mas com qualidade.

A melhoria desse processo passa diretamente pelas políticas educacionais que são adotadas no contexto nacional. Ressalta-se que as mesmas recebem influências de organismos que atuam direta ou indiretamente no rumo das políticas públicas internacionais. Surge, então, um amplo espaço para o crescimento da avaliação externa, pois para atender toda a demanda e aprimorar a qualidade, a educação brasileira sofre um processo de descentralização, emergindo daí a necessidade da criação de sistemas de avaliações externas com caráter censitário e diagnóstico, possibilitando ao poder público

evidenciar realidades e estabelecer mecanismos de controle, visando uma educação pública de qualidade para todos.

No Brasil, como em muitos outros países, a partir da década de 90, a educação passa a ser vista como um componente essencial ao processo de desenvolvimento e crescimento econômico próprio do mundo globalizado. Inicialmente, a avaliação externa tem apenas o papel de evidenciar realidades, hoje influencia de maneira determinante na elaboração e execução das políticas públicas educacionais. É válido notar que a avaliação externa, enquanto vertente da avaliação educacional, é uma ação necessária, pois mais do que retratar a realidade, ela traz consigo mecanismos que possibilitam ao poder público um controle das ações dos entes federados, com vistas a atingir, manter e ampliar a qualidade em todo o sistema educacional. A avaliação em larga escala existe em função das políticas públicas, mas atualmente tem assumido papel de destaque no cenário brasileiro, passando a influenciar e/ou impactar as políticas públicas de educação.

No cenário contemporâneo, ela assume posição central e vem se ampliando e evoluindo com o passar do tempo, pois inicialmente ela se restringia apenas a uma tentativa de avaliar indivíduos isoladamente, agora ela assume a façanha de tentar dar conta de todo um sistema educacional, seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal. Quanto aos resultados, esses podem ter os mais diversos usos possíveis, dependendo das intenções e pretensões da gestão pública. No Brasil constitui-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o qual, possui, desde a sua criação em 1990, matrizes que orientam o processo de construção das provas e dos itens que compõem a avaliação externa nacional. Influenciados pela iniciativa nacional, diversos estados da federação criam seus próprios sistemas de avaliação. Entre eles, destaca-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

Nesse contexto, nos encontramos em um país cujos índices de fracasso escolar são considerados um dos mais alarmantes da América Latina. A alfabetização tem sido uma questão bastante discutida na área educacional do país, visto que as dificuldades de aprendizagem, as inúmeras reprovações e os baixos índices do rendimento escolar se configuram como um dos grandes desafios da contemporaneidade. É indiscutível que mesmo após concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental, o nível de conhecimento ainda não é o esperado. Em 2009, 64% dos alunos das escolas públicas do país terminavam o 5º ano sem saber ler com a proficiência esperada (CEARÁ, 2012).

Em contrapartida e como supracitado, estados como o Ceará têm alavancado mudanças significativas em seu quadro educacional ao longo dos últimos dez anos e isso é comprovado pelos índices oriundos das avaliações externas que mostram os avanços na alfabetização em todo o estado. Partindo desses pressupostos é que nos propusemos a retratar por meio de uma perspectiva histórica os avanços educacionais em nosso Estado, tendo como ponto de partida as formações continuadas do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) ao Mais PAIC. Estudaremos a partir de um panorama histórico, a trajetória do PAIC e sua ampliação para PAIC+ até chegarmos ao MAIS PAIC.

O ponto de partida para esse estudo se deu pelas nossas experiências enquanto professores e formadores em relação às formações propostas pelo PAIC instituído pelo Governo do Estadual do Ceará e as nossas expectativas em relação à aplicabilidade, bem como aos resultados conquistados. Diante desse contexto, surge a nossa inquietação: Como tem se configurado o PAIC ao longo desses anos e como esse Programa tem contribuído para a consolidação da alfabetização em nosso Estado? Partindo dessas inquietações, objetivamos refletir acerca da trajetória e perspectiva do Programa a partir da formação continuada proposta, bem como suas implicações nos últimos dez anos.

## **2 PANORAMA HISTÓRICO**

A busca por uma educação de primazia tem direcionado políticas públicas no âmbito educacional a fim de melhorar a qualidade do ensino no país. Nessa perspectiva, a formação continuada dos professores vem sendo questionada e discutida em todas as esferas, tornando-se até um dos temas mais recorrentes em pesquisas. Com isso, muitos avanços foram obtidos nas últimas décadas, principalmente, pelos direcionamentos propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN- 9394/96).

Nesse contexto, destacamos o Estado do Ceará que tem sido referência nacional hodiernamente pela qualidade na Educação e isso é confirmado pelos resultados do IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, exame a nível nacional e pelo SPAECE- Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará, esfera estadual. Grande parte desse avanço se deve às ações do PAIC que perpassam desde a formação continuada de professores

às avaliações externas, consolidando assim sua política na busca de uma educação de qualidade e isso vem desde 2007.

Desta forma, o PAIC vem contribuindo de forma significativa como política de formação continuada dos professores. Hodiernamente, tem se configurado como um dos Programas mais importantes do país, servindo até de parâmetro para o PNAIC, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, bem como para outros estados.

Seu ponto de partida se deu pelo Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE), em maio de 2004, em que vários setores da sociedade civil e política se envolveram como um movimento articulador na busca por uma educação de qualidade, tendo como ente condutor a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CEARÁ, 2006).

Na efervescência dos resultados apontados desse estudo, o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC foi construído e instituído pela LEI Nº14.026, de 17 de dezembro de 2007, tendo por objetivo maior o estabelecimento de condições necessárias para que todos os alunos chegassem ao 5º ano do ensino fundamental sem distorção de idade, série e com o domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização (CEARÁ, 2006). Uma das metas estabelecidas por este programa era alfabetizar todos os alunos das redes municipais até o segundo ano do ensino fundamental, ou seja, até os 7 (sete) anos todas as crianças deveriam ler e escrever. Para isso investiria na formação continuada por meio de parcerias com os municípios cearenses.

O Programa está estruturado em cinco eixos e cada eixo estruturante desse programa tem as suas diretrizes, bem como metas e ações. O PAIC ainda conta com o apoio as seguintes instituições: APDMCE<sup>1</sup>, APRECE<sup>2</sup>, FÓRUM DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNCAP<sup>3</sup>, SECULT<sup>4</sup>, SEDUC<sup>5</sup>, UNDIME<sup>6</sup>, UNICEF<sup>7</sup> e UNCME<sup>8</sup>.

## **2.1. Apoio às políticas municipais para alfabetização de crianças: os eixos do PAIC.**

<sup>1</sup> Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Cearenses.

<sup>2</sup> Associação dos Municípios do Estado do Ceará.

<sup>3</sup> Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>4</sup> Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

<sup>5</sup> Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

<sup>6</sup> União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

<sup>7</sup> United Nations Children's Fund – tradução: Fundo das Nações Unidas para a Infância.

<sup>8</sup> União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Para acompanhar e gerir melhor as ações do PAIC, o Programa foi organizado em cinco eixos: Educação Infantil, Gestão Pedagógica – Alfabetização e Formação de Professores, Gestão da Educação Municipal, Formação do Leitor e Avaliação Externa de Aprendizagem. A seguir, faremos um breve relato das funções e contribuições de cada eixo.

O Eixo da Educação Infantil tem como objetivo principal apoiar os municípios cearenses na formulação, reformulação e implementação de Políticas na Educação Infantil, visto que essa etapa de ensino é configurada como uma das mais importantes da Educação Básica. Esse eixo se estrutura por meio de ações e estratégias de formação continuada de técnicos das Secretarias Municipais de Educação para que possam orientar um processo formativo nas próprias redes, contribuindo na elaboração de propostas pedagógicas bem como na formação continuada dos professores. Além disso, tem como objetivos apoiar e ampliar a oferta de vagas para essa etapa de ensino, garantido desta forma que todas as crianças em idade pré-escolar estejam matriculadas na escola (CEARÁ, 2012).

Um dos eixos que vem se destacando é o de Literatura Infantil e Formação do Leitor, tendo como base o letramento das crianças em todo o Fundamental I, atuando por meio de distribuição de acervos e na orientação aos professores para que possam explorar a literatura em sala. Fomenta em suas ações a produção de literatura infantil e infanto-juvenil produzida por educadores das mais diversas áreas do conhecimento por meio de incentivo e premiação (CEARÁ, 2012).

A Avaliação Externa é proposta pelo PAIC como um dos instrumentos de controle e acompanhamento da aprendizagem e tem como elemento norteador o desenvolvimento das políticas educacionais na área de avaliação, direcionando os municípios a acompanhar melhor o processo de aprendizagem de forma a ponderar e refletir sobre o trabalho realizado por eles. Esse eixo procurou dotar os municípios das competências necessárias para implantação e execução das avaliações, com apoio do Estado. Nessa perspectiva, foi dado um caráter diagnóstico à avaliação, orientadora das práticas educativas, na tentativa de disseminar uma cultura de análise e interpretação dos dados para, desta forma, refletir acerca dos resultados e dos processos de ensino e aprendizagem.

As avaliações externas ou avaliações em larga escala, possibilitam a formulação e a reformulação de ações para implantar novas formas de intervenção, aprimorando o trabalho com vistas à alfabetização de todas as crianças. Esse eixo tem em

suas vertentes, o diagnóstico, a ação educativa e o monitoramento dos municípios, orientando cada um deles na aplicação de suas avaliações, interpretação de seus resultados e na melhor intervenção para elevar o desempenho dos alunos e das escolas. As avaliações configuram-se com o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará e são realizadas no fundamental I, pelas turmas de 2º e 5º ano e no fundamental II, pela turma de 9º ano. (CEARÁ, 2102).

A alfabetização é vista pelos ditames desse Programa como uma das maiores preocupações e desafios que o Estado apresentava, visto que os índices colocavam a alfabetização de crianças em nosso estado como uma das mais críticas na década de 1990. No entanto, com a implantação do eixo de alfabetização houve todo um aparato para consolidar a alfabetização no Estado no tocante à leitura e à escrita de nossas crianças. Isso se deu, mormente, pela ênfase dada à formação de professores em todo o Estado.

A formação de professores passou a ser articulada a um currículo real, vivo e relacionado às especificidades da alfabetização, voltada não apenas para a codificação ou resultados em escalas de proficiência, mas para a perspectiva do letramento, base desse eixo. Integra-se ainda à formação o acompanhamento pedagógico realizado pelas equipes escolares e municipais (CEARÁ, 2012).

Por último, o eixo Gestão Municipal da Educação tem como ponto primordial o acompanhamento das escolas e o monitoramento dos indicadores. Desta forma, esse eixo possibilita que os municípios revejam suas ações educativas e crie processos de definição de metas, elaboração de planos, acompanhamento de avaliação e melhoria do desempenho dos alunos. Esse eixo também é responsável pela articulação política necessária para que cada município implante o Programa e lhe dê a sustentação necessária. Para isso, aspectos importantes da política educacional são discutidos, tais como: planejamento, diagnóstico, modelo de gestão com foco no aluno e em seus resultados de aprendizagem, cumprimento do calendário letivo, qualificação do tempo pedagógico, modelo de seleção de diretores entre outros (CEARÁ, 2012).

### **3 EXPANDINDO O PROGRAMA**

Com o sucesso garantido pelo PAIC no 2º ano do ensino fundamental, o Estado sentiu a necessidade de ampliar a proposta de acompanhamento para as

demais séries na tentativa de atender e dar continuidade ao trabalho de alfabetização na idade certa com os alunos. Assim, surgiu o PAIC+ ou PAIC+5 que, em 2010, passou a contemplar as séries iniciais do ensino fundamental, priorizando em suas ações a melhoria dos resultados de aprendizagem de leitura e escrita. Seis anos depois, com um trabalho mais consolidado e expressivo, tivemos mais uma vez a expansão do Programa para o fundamental II, atingindo assim até o 9º ano.

### **3.1 Ampliando o Programa de Alfabetização na Idade Certa para o 5º e 9º ano: PAIC + e Mais PAIC**

A ampliação do PAIC proporcionou um acompanhamento melhor aos alunos do Estado. Embora os objetivos, a logística e a estrutura fossem as mesmas, porém haviam mais sujeitos envolvidos no processo. Com isso, o foco das ações passou a ser direcionado não apenas para os alunos do 2º ano, mas para todo o ensino fundamental. Desta forma, houve uma sistematização do trabalho de alfabetização que começava do ensino infantil e findava no 5º ano, ou seja, as demais séries que não eram contempladas, assim, objetivavam, suscitar que nenhum aluno ficasse sem ser alfabetizado, independente da turma em que estivesse matriculado. Além disso, podemos citar também o cuidado e investimento dado às formações continuadas de professores.

Nessa perspectiva, as formações continuadas passaram a ser direcionadas aos professores de Língua Portuguesa e Matemática de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que as demais disciplinas curriculares, como Artes, História, Ciência, Geografia passaram a ser trabalhadas de forma interdisciplinar, sendo exploradas em consonância as temáticas apresentadas nas duas disciplinas base.

O sucesso do Programa ficou conhecido nacionalmente, gerando um Programa similar que tinha os mesmos objetivos, mas agora a nível nacional, na verdade um pacto, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Pela limitação na extensão desse trabalho, não nos deteremos no PNAIC, mas registramos sua importância para fortalecer as políticas públicas nacionais para a Educação, com um olhar voltado para a alfabetização das crianças brasileiras com até 8 (oito) anos de idade, um ano a mais proposto pelo PAIC.

Os avanços educacionais na alfabetização no Estado foram os pressupostos para a ampliação do Programa às séries finais do Ensino Fundamental, visto que os resultados das avaliações externas do 9º ano mostravam lacunas em relação à leitura, escrita e cálculo. Havia uma dicotomia entre os dois extremos: De um lado, as séries iniciais do Ensino Fundamental eram assistidas, acompanhadas e os resultados mostravam-se significativos, do outro lado, as séries finais do Ensino Fundamental não respondiam aos resultados esperados. Outrossim, os professores que lecionavam do 6º ao 9º ano sentiam necessidade de uma formação a nível do PAIC.

Partindo destas perspectivas, o PAIC MAIS passou a ser repensado e direcionado para o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, visto que a dimensão alcançada nas séries iniciais elevou o Estado para um dos melhores em alfabetização no país. Por esta razão, o Estado percebeu que suas ações não poderiam estar estagnadas ou voltadas apenas para uma parte de seus alunos. Agora a meta era geral: alfabetizar todas as crianças até o 2º ano, seguindo os preceitos do PNE- Plano Nacional de Educação, e subsidiar as séries finais do Ensino Fundamental. Assim, o Governo juntamente com a equipe da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), em 2015, estenderam a demanda de ações para o Fundamental II, contemplando de 6º ao 9º ano.

Há uma grande ressalva nessa expansão do Programa: a preocupação de uma Educação de base, de qualidade, dinâmica, interacionista e acima de tudo, eficaz e satisfatória. Para isso, um dos principais objetivos estabelecidos é proporcionar uma aprendizagem mais sólida, eficaz, preparando desta forma, os alunos para Ensino Médio, onde eles possam ter menos dificuldades e obterem um resultado expressivo no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares. Além disso, ao proporcionar uma educação de qualidade, possibilitará condições para que os alunos ingressem no Ensino Médio dotados das competências e habilidades, fomentadas para o fortalecer das ações que competem as políticas públicas de direitos das crianças e dos adolescentes, bem como o direito de estudar.

O Mais PAIC (Programa de Aprendizagem na Idade Certa) tem se configurado como um Programa que contribui efetivamente com a elevação dos indicadores de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental II, dando continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado, “alfabetizar os alunos da rede pública do Estado, até os sete anos de idade, e formar leitores fluentes” (CEARÁ, 2015).

Outro ponto que merece destaque nesse Programa é o dos indicadores de resultados, já que temos uma trajetória crescente segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o IDEB e o SPAECE. Compreendemos que os resultados dessas avaliações não podem ser o foco principal do trabalho, mas um norte para que ajudem as escolas a se planejarem melhor e a desenvolverem ações e atividades voltadas para a consolidação da aprendizagem de nossos alunos.

Destacamos também o trabalho direcionado para o fortalecimento das práticas de leitura e literatura na escola entre os jovens do 6º ao 9º ano, com a metodologia de sensibilização do Ciclo de Leitura, organizado pelo Eixo de Literatura. O Ciclo é uma oportunidade onde professor se forma, formando novos leitores, pois através da pedagogia do exemplo ele lê uma diversidade de gêneros com seus alunos, permitindo assim o “mergulho”, um deleite no universo literário, apenas a vivência do ouvir e compartilhar histórias, sendo esse a segunda parte do Ciclo, o Círculo de Cultura onde os alunos aproveitam para partilhar curiosidades sobre a história escutada<sup>9</sup>.

### **3.2 O fortalecimento da formação continuada do Programa de Alfabetização na Idade Certa – Mais PAIC**

Uma das ações que consideramos importante do Mais PAIC é a formação continuada de professores do Fundamental II, que pela primeira vez, foram contemplados com uma sistemática de formações e atividades. Inicialmente, estas contemplam apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Com a faixa etária diferenciada e professores específicos por áreas, a estrutura do Programa se dá pelos eixos: Formação de Professores e Coordenadores; Gestão Municipal; Avaliação Externa e Literatura.

Sobre a formação continuada para o Ensino Fundamental II, o Programa a ver como uma necessidade para os docentes já que desde o GESTAR<sup>10</sup> eles não tinham uma sistematização de acompanhamento e ação formativa. Ainda sentimos a necessidade de atendermos as demais áreas, mas como já mencionado o Programa ainda é muito novo para o

---

<sup>9</sup> Para mais informações recomendamos a leitura do Guia de Orientação do Ciclo de Leitura, elaborado pelos consultores Kelsen Bravos e Regis Freitas (2016).

<sup>10</sup> O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR) foi um programa de formação continuada para professores de Português e Matemática do Fundamental II, tinha como objetivo incluir discussões sobre questões prático-teóricas e a contribuição para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula.

Fundamental II, certamente, em breve, haverá um atendimento para os professores de outras disciplinas.

Nesse contexto, percebemos, de modo geral, que ao longo dos últimos anos a formação continuada para professores tem sido um dos assuntos mais debatidos, pesquisados e analisados da área de Educação. Com isso, há uma preocupação a nível estadual de ofertar uma formação que atenda as demandas e realidades sociais de nosso Estado. Embora a situação precária de estruturas escolares, a escassez de investimento para a melhoria da prática, a distância da formação inicial com a práxis docente e os baixos índices educacionais vigentes na conjuntura atual tem permitido uma reflexão e uma ação mais concreta para reversão dos problemas educacionais vigentes em nossa sociedade, como por exemplo, a garantia de uma formação continuada com qualidade que permita um (re)construção do professor de acordo com a sua realidade.

A formação continuada é um processo que ocorre durante a vida profissional, com a perspectiva de promover um realinhamento e uma mudança na prática exercida, mas que acima de tudo proporcione uma ligação entre “os processos de formação de professores com o desenvolvimento organizacional da escola” e que estes consigam estabelecer a conexão “teoria-prática” (MARCELO GARCIA, 1999, p. 27-30), garantindo uma sincronia entre a formação continuada e as exigências da Educação.

Durante o processo de formação continuada é necessário que tenhamos uma valorização dos conhecimentos e das vivências dos professores, pois estes dois pontos nos servirão como norte inicial e processual, dando sentido para o desenvolvimento das ações e permitindo a inovação das práticas, considerando, por exemplo, os dispositivos móveis que podem ser nossos aliados atuais. O Mais PAIC tem essa ideologia muito forte e fundamentada em suas ações, o professor acaba sendo um agente norteador com suas vivências dos assuntos trabalhados.

Outra temática que vem se destacando com o Programa é a preocupação com o trabalho de Gestão de Sala de Aula. Assim, durante as formações continuadas um quarto do tempo é dedicado para se estudar, debater e vivenciar estratégias de sala de aula que contemplem essa temática.

Face ao exposto, reafirmamos a importância da expansão do Programa para as séries

finais do Ensino Fundamental, não somente para a elevação dos números e porcentagens dos resultados das avaliações externas, mas principalmente para o fortalecimento do ensino e da aprendizagem dos alunos, contribuindo para uma efetiva alfabetização. Essa que seja possível desenvolver a leitura dos alunos, a escrita, o trabalho com os gêneros, as operações, a resolução de problemas matemáticos e além do conteúdo curricular, que eles possam ser leitores críticos da nossa sociedade.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: desafios para os próximos anos**

Este artigo nos possibilitou visualizar o percurso trilhado pelo Programa Alfabetização na Idade Certa, mostrando-nos a grande contribuição no repensar sobre o processo de alfabetização, mormente, nos resultados das avaliações externas, pois tais resultados mostram o quanto o Ceará alavancou em alfabetização ao longo dos últimos dez anos, servindo de aporte e inspiração para outros Estados.

Muito ainda temos que conquistar, como a melhoria dos resultados das turmas de 5º e 9º ano para que assim, possamos comprovar que essa expansão possibilitou realmente aprendizagem, e isso só será alcançado a longo prazo. Já que nas turmas de 2º ano o Estado já se mantém há 3 anos numa situação adequada para a série, representada pela cor verde escuro<sup>11</sup>, adequada e satisfatória para a aprendizagem. Além dos resultados das avaliações externas, precisamos também fortalecer as questões de infrequência, abandono e reprovação na escola que geram dados preocupantes e acarretam prejuízos não só escolares ou em índices, mas principalmente, sociais.

São muitas as conquistas obtidas pelo Programa, dentre elas, a alfabetização na idade certa, contribuindo para uma sociedade cada vez mais letrada e alunos mais preparados para as demais séries de ensino, capazes de escrever, ler e compreender criticamente textos e o mundo. Por fim, esse estudo não se limita apenas neste trabalho, podemos pensar em novas vertentes para análise como a influência direta do Programa com as avaliações externas ou poderíamos investigar a metodologia das formações continuadas e o qual a visão dos

---

<sup>11</sup> Os níveis de desempenhos do SPAECE são quatro e para cada há uma cor correspondente. O nível Muito Crítico representa que o aluno não teve rendimento satisfatório, representado pela cor vermelha. O segundo nível é dado pela cor laranja, o Crítico representa que o aluno teve um rendimento médio, mas não suficiente para o aprendizado. O terceiro nível é o Intermediário, representado pela cor verde-claro, significa que o aluno teve uma aprendizagem intermediária de conteúdos, porém ainda não totalmente suficiente. E, por fim, o nível Adequado, com a cor verde escuro, que representa o nível mais elevado da aprendizagem nas avaliações externas.

professores ou ainda como o Programa tem estruturados as aulas de Língua Portuguesa e Matemática e como tem sido essa aplicabilidade e aceitação em sala. São inúmeras as possibilidades de estudo com o objeto Mais PAIC, mas para este trabalho ficamos satisfeitos em traçar o histórico do Programa, seus avanços e perspectivas futuras.

A relevância desse estudo consiste em apontar o quanto a trajetória do PAIC ao longo dos últimos dez anos tem possibilitado construir um conceito educacional para nosso Estado. Refletir sobre a questão da alfabetização e estabelecer ações que visem erradicar o analfabetismo em nosso Estado.

## REFERÊNCIAS

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Estado. **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar:** Educação de Qualidade Começando pelo Começo- Organizadores: Rui Rodrigues Aguiar; Ivo Ferreira Gomes; Márcia Oliveira Cavalcante Campos. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2006.

CEARÁ, Secretaria da Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem:** o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará / Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2012.

CEARÁ, Secretaria da Educação. **Proposta Mais PAIC** / Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2015.

MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de professores:** Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

VASCONCELLOS, Celso. **Construção do Conhecimento em Sala de Aula.** 18ª ed. São Paulo: Libertad, 2012.